

# UM PRISMA EX-CÊNTRICO: O CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL E OS DESAFIOS DA ÉPOCA.

Sebastião C. Velasco e Cruz

Invertendo a ordem dos temas no título, convém iniciar com a pergunta: cabe falar de um campo das relações internacionais no Brasil? Em caso positivo, como situá-lo no tempo? Como caracterizá-lo? Quais suas linhas prováveis de desenvolvimento? Com que desafios ele se vê confrontado? Para avançar no trato desses problemas uma palavra sobre a noção que os articula se faz necessária.

Com origem na Física, a idéia de campo vem sendo usada há tempos por pesquisadores de variada procedência teórica na Psicologia, na Sociologia e em outros ramos das Ciências Humanas, para lidar com problemas que se furta renitentemente às abordagens fundadas na noção tradicional de causalidade. Por meio dela torna-se possível explicar a ocorrência de variações no estado de alguns elementos sem fazer apelo a mudanças concomitantes em elementos relacionados. No lugar da ação direta de um elemento (ou variável) sobre outro (a), as abordagens em termos de campo explicam as variações observadas mediante a referência às propriedades do campo e à posição nele ocupada pelo elemento considerado.<sup>1</sup>

A literatura sociológica nos brinda com inúmeras definições do conceito de campo. Não caberia passá-las em revista agora. Para efeitos do argumento esboçado aqui basta fazer o esclarecimento que se segue: entenda-se por “campo” um segmento relativamente autônomo do espaço social dotado de lógica própria; domínio auto-contido e auto-referido de atividades, nele os atores, que se conhecem e se reconhecem mutuamente, interagem de acordo com as posições que ocupam, mantendo entre si relações de cooperação e concorrência com vistas à realização de interesses definidos como tais pelo campo em que se inserem.

Dessa definição tentativa, três aspectos devem ser destacados.

1) Foco: os campos se constituem como domínios distintos ao canalizar a atividade de seus participantes para a consecução de fins comuns, apoiados em valores compartilhados. Espaços no horizonte dos quais os agentes formulam planos de vida e realizam destinos pessoais, os campos estabelecem os princípios que regulam as relações de cooperação e competição entre os agentes, bem como os termos nos quais são definidos os interesses que eles perseguem. Na expressão de Pizzorno, eles são a um tempo “sistema de interesses” e “sistemas de solidariedade”.<sup>2</sup>

2) Autonomia: sempre relativa e variável. Os campos mantêm, uns com os outros, relações de maior ou menor proximidade. Como são de tamanho e poder de atração diferente, suas relações tendem a ser marcadamente assimétricas. Entre os campos é

---

<sup>1</sup> Para um estudo cuidadoso do tema, Cf. John Levi Martin, “What Is Field Theory”. *American Journal of Sociology*, Vol. 109, No. 1, 2003, pp. 1-49.

<sup>2</sup> Cf. Pizzorno, Alessandro, “Introduzione allo Studio della Partecipazione Política. *Quaderni di Sociologia*, 15, no. ¾, 1966, pp. 235-88.

permanente a disputa pela primazia, que se mede em termos de reconhecimento, prestígio, poder e recursos materiais. Nesse padrão de relacionamento, é comum a penetração, a colonização dos campos mais débeis, que passam a subordinar-se à lógica de ação dos campos mais fortes -- o que no limite pode levar ao desaparecimento dos mesmos como segmentos distintos do espaço social. A autonomia, portanto, não é nunca uma condição dada: ela resulta de um trabalho incessante de autodefesa e de reafirmação de identidades.

3) Auto-referência. Tomada livremente de empréstimo a Luhmann, a noção é usada aqui para designar o ato de observação cujo objeto é o próprio observador, que se esforça para permanecer idêntico a si mesmo e para se distinguir do ambiente que o envolve. Nos campos a auto-referência pode se dar em três níveis diversos, de crescente complexidade: como auto-observação (operação pela qual o sujeito reconhece tal ou qual elemento como parte de si próprio); auto-descrição (operação que se dá quando -- além disso -- ele produz “artefatos semânticos” passíveis de serem referidos em processos comunicativos subseqüentes e que expressam a sua unidade; e como auto-reflexão, operação que se verifica quando o objeto de consideração não é mais o observador ou o seu ambiente, mas a unidade complexa que eles perfazem. Nos dois primeiros níveis a auto-referência ocorre necessariamente nos campos; no terceiro ela existe como virtualidade.<sup>3</sup>

Mas, a auto-referência não é uma propriedade exclusiva dos campos. Pelo contrário, ela é co-extensiva à vida social. Nos processos mutuamente implicados de formação dos Estados territoriais e do moderno sistema internacional ela se expressa na longa decantação do conceito de soberania, na edificação do quadro de referência do direito internacional e nas formulações doutrinárias que procuravam dar conta da lógica que presidia o relacionamento entre as unidades daquele sistema, servindo ao mesmo tempo como guias práticos.

Na medida em que, rompido o vínculo colonial, o Brasil se incorporava àquele sistema era inevitável que a reflexão sobre as condições de sua inserção viesse a se manifestar. De forma embrionária, ela se faz presente já nos fundadores do Império, a começar por José Bonifácio de Andrada e Silva, e -- de forma muito mais desenvolvida -- na obra de seus sucessores, com destaque para José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. A essa altura o Brasil já contava com uma tradição diplomática consolidada, cujo lócus institucional era a o Itamaraty. Nessa época, e por muito tempo, porém, a reflexão sobre o quadro internacional continuava a se fazer de forma fragmentária, em discursos oficiais e artigos sobre temas da atualidade, e como aspecto ineludível da atividade profissional dos diplomatas.

Com a criação do Instituto Rio Branco, em meados do século passado, esse quadro começa rapidamente a se alterar. Com efeito, é como fruto das atividades docentes desenvolvidas no Instituto que surgem as obras pioneiras de Hélio Vianna e de Delgado Carvalho sobre a história diplomática do Brasil<sup>4</sup>; resultado direto ou indireto também do trabalho realizado nesse espaço são as obras de José Honório Rodrigues sobre a política externa brasileira, aí incluídas as notas de curso ministrado entre 1946 e 1956, que

---

<sup>3</sup> Cf. Luhmann, Niklas, *Social Systems*, Stanford, Stanford University Press, 1995, cap. 11 “Self Reference and Rationality”, pp. 437-477.

<sup>4</sup> Vianna, Hélio, *História diplomática do Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958, e Delgado de Carvalho, Carlos, *História Diplomática do Brasil*, Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1959.

vieram tardiamente à luz como livro alguns anos atrás.<sup>5</sup> No ativo desse órgão, adicione-se ainda a criação, em 1958, do mais antigo periódico especializado em circulação no País, a Revista Brasileira de Política Internacional.

Não cabe especular aqui sobre as possíveis conexões entre esses desenvolvimentos e a inflexão que a política externa brasileira conheceria pouco depois, nos governos de Jânio Quadros e João Goulart. Mas convém assinalar a presença importante de intelectuais oriundos dos quadros da diplomacia em uma publicação ambiciosa, de alta qualidade e grande potencial, a revista *Política Externa Independente*, que foi sufocada no seu terceiro número, pela censura do regime militar.

Apesar das restrições às liberdades em vigor, foi sob esse regime que algumas iniciativas institucionais das mais importantes para a constituição da área de Relações Internacionais no Brasil foram tomadas. Três rápidas menções bastam para ilustrar esta assertiva: a Lei no. 5.717, de 26 de outubro de 1971, que criou a Fundação Alexandre Gusmão; a decisão precursora da Universidade de Brasília de criar um curso de Graduação em Relações Internacionais, que se tornou efetiva em 1974, e o lançamento pela editora desta mesma universidade da “Coleção Pensamento Político”, que tornou amplamente acessível ao leitor brasileiro um bom número de textos importantes sobre a temática da política internacional, entre os quais algumas obras clássicas (como Paz e Guerra entre as Nações, de Raymond Aron, e Vinte Anos de Crise, de Edward Hallet Carr).

Mas não é só isso. Datam igualmente desse período, que se estende até meados da década de 1980, a publicação de trabalhos marcantes, que enriqueceram significativamente a incipiente bibliografia brasileira na área; a criação de novas unidades de ensino e pesquisa, como o Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio -- que lançaria em 1985 a revista *Contexto Internacional* e, pouco depois, o seu programa de Mestrado --; as primeiras tentativas de dar algum grau de organicidade à área, como os seminários internacionais realizados em Nova Friburgo, em 1977 e 1978 -- que desembocaram na criação de uma entidade com a denominação expressiva de Conselho Brasileiro de Relações Internacionais -- e a constituição, em 1981, de um grupo permanente de trabalho no âmbito da ANPOCS: o GRIPE, Grupo de Estudos sobre Relações Internacionais e Política Externa. É dessa época também o surgimento da primeira geração de pesquisadores acadêmicos especializados no estudo dos temas característicos da área.

Essas indicações telegráficas não têm outro intuito senão o de balizar um terreno que vem sendo explorado diligentemente pelo trabalho de vários colegas.<sup>6</sup> Não caberia

---

<sup>5</sup> Rodrigues, José Honório e Steinfus, Ricardo A. S., *Uma história diplomática do Brasil (1531-1945)*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1995.

<sup>6</sup> Cf. Myamoto, Shiguenoli, “O Estudo das Relações Internacionais no Brasil: o estado da arte”. In *Revista de Sociologia e Política*, No. 12, 1999, pp. 83-98; do mesmo autor, O Estudos Estratégicos e a Academia Brasileira: Uma Avaliação. Trabalho apresentado no Panel on Strategic Studies da Conferência Research and Education in Defense and Security Studies, promovida pelo *Center for Hemispheric Defense Studies*, 22-25/05/2001; Paulo Roberto de Almeida, “Relações Internacionais”, in Miceli, Sergio (org.) *O Que Ler na ciência Social Brasileira (1970-1995)*, São Paulo e Brasília, Editora Sumaré/ANPOCS/CAPES, 1999, vol. III, (Ciência Política), pp. 191-255; Herz, Mônica, “O Crescimento da Área de Relações Internacionais no Brasil”, in *Contexto Internacional*, Vol. 24, No. 1, 2002, pp. Brigagão, Clóvis, *Diretório de Relações Internacionais no Brasil (1950-2004)*, Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes/Fundação Ford, 2004.

resumir aqui os seus resultados. Da perspectiva que informa estas notas, importa é reter a constatação que deles emerge: apesar dos inegáveis avanços obtidos, até o final do período acima indicado a área de Relações Internacionais no Brasil era ainda rala e muito fragmentada.

A situação no presente é muito distinta. Hoje, a área de Relações Internacionais no Brasil encontra-se em estágio avançado no processo de sua formação como campo diferenciado, e um dos indicadores disso é a rápida expansão do universo dos cursos de RI, ora enriquecido com o programa recém criado na Universidade Federal de Santa Catarina.

Respondida dessa forma a primeira das questões levantadas no início, a segunda deve ser enfrentada agora. Um campo distinto, sim, mas como caracterizá-lo?

O ponto de partida obrigatório aqui é a pretensão desse campo de ser e de ser reconhecido como um campo científico. Essa afirmativa não parece controversa, mas as implicações dela não são nada claras. Se não, vejamos.

Em uma primeira aproximação, poderíamos dizer que um campo científico é um sistema de produção de conhecimento, através de conhecimentos, sobre determinada classe de objetos. Essa formulação é insatisfatória não pelo que contém, mas pelo que deixa de fora. Basicamente, permanecem obscuras nela as questões absolutamente decisivas sobre como são identificados os objetos (problemas) que pertencem ao domínio do campo científico considerado, e como são aferidos os produtos da atividade nele desenvolvida, em sua relevância e em sua pretensão de validade. A definição sugerida por Whitley é certa, porque contempla com exatidão esses dois aspectos. Para o autor os campos científicos *“constituem um tipo distinto de organização de trabalho e controle na qual a pesquisa é orientada para metas e propósitos coletivos, através da busca de reputação pública entre grupos de colegas-competidores.”* Em tais organizações -- ele esclarece -- *“a necessidade de adquirir reputação positiva de grupos particulares de praticantes é o meio principal de controle sobre que tarefas são desenvolvidas, como são desenvolvidas, e como o desempenho é avaliado.”*<sup>7</sup> Convém frisar, o campo científico assim definido não adquire, necessariamente, corte disciplinar. Isso acontece quando eles se convertem em unidades de controle do mercado de trabalho, que treinam produtores de conhecimento em determinadas habilidades e os empregam, assegurando-lhes condições de monopólio sobre a produção de contribuições acreditadas para a tarefa coletiva na qual os participantes do campo estão engajados. Disciplinares ou não, para que os campos científicos se consolidem é mister sejam eles capazes de assegurar prestígio social às reputações científicas que conferem; de controlar o acesso a recompensas socialmente valoradas; de estabelecer padrões de qualificação e excelência, e de se dotar de um sistema de comunicação próprio.

Dessas indicações sumárias podem ser derivadas inúmeras dimensões a serem levadas em conta em um exercício de caracterização como o proposto neste lugar. Por economia de tempo e espaço, contudo, apenas uma delas será explorada: a relação do campo em questão com os campos com os quais ele tem interfaces.

---

<sup>7</sup> Whitley, Richard, *The Intellectual and Social Organization of Sciences*, Oxford, Oxford University Press, 2000 (2a. ed.), p. 25.

Uma palavra breves sobre sua relação com campos extra-científicos. Como já foi indicado, a contigüidade com campos dotados de forte poder de atração representa quase sempre para o mais fraco um fator de distúrbio. No nosso caso essa observação é particularmente pertinente no que tange ao campo do poder econômico. Com efeito, enorme sua capacidade de atrair talentos, de projetar para outros campos os seus problemas próprios e sua linguagem, de interpelar análises e interpretações deles provenientes, pelo grau de articulação e pelo reconhecimento social de que desfrutam de seus porta-vozes.

As relações entre poder econômico e o campo das relações internacionais tendem a ser mais estreitas do que a prevalente entre o mesmo e outras áreas das Ciências Sociais. Não há nada de lamentar neste fato. Isso porque 1) em muitos pontos pode haver convergência entre os objetivos de conhecimento nutridos pelo campo científico e os interesses que emanam do campo em causa; 2) o efeito de atração que ele exerce pode ser contrabalançado pela força contrária que provém de outros campos igualmente próximos, a começar pelo diplomático.

O problema das relações com os outros campos científicos merece atenção mais detida. Aqui, os vínculos são internos, constitutivos: a regra de ouro é o intercâmbio, a importação de idéias. Tudo seria mais simples se as relações fossem horizontais. Não é assim. Entre os estabelecimentos científicos prevalece uma hierarquia clara.<sup>8</sup> A consideração decisiva nesse âmbito diz respeito, portanto, ao princípio que rege aquele movimento: ele vem de dentro, como resultado de necessidades reveladas na tentativa de lidar com os problemas selecionados endogenamente pelo campo, ou, pelo contrário, se dão como resultado do movimento expansivo de campos mais poderosos (por exemplo, a colonização progressiva da Ciência Política norte-americana e, por meio dela, de segmentos importantes das Relações Internacionais pela matriz da economia neoclássica, expressa no programa da “escolha racional”). A diferença é marcante: quando a incorporação se dá sob a segunda forma, ela vem acompanhada da imposição de uma nova agenda, novas técnicas e estilos de análise, com a conseqüente desqualificação dos métodos e procedimentos próprios do campo, bem como de seus usuários. A situação inversa não implica em fechamento, desinteresse ou rejeição do que vem de fora. Pelo contrário: ela é muito mais exigente, nisto que supõe uma atividade permanente de busca. O fundamental é que, neste caso, a incorporação se dá de forma seletiva, preservado no campo o controle sobre a descrição de seu domínio próprio, sobre a formulação dos problemas relevantes e sobre os termos em que eles são pensados.

E tem mais. Como qualquer outro corpo social, os campos científicos existem no tempo e no espaço: assim como têm passado e futuro, eles têm distintas expressões nacionais. Ora, aqui também o problema das hierarquias se manifesta com força,<sup>9</sup> e é ele que está no centro das discussões neste Seminário.

Visões da Periferia. Como pensar a afirmação, no Brasil, de um campo em que a hegemonia global dos Estados Unidos é tão marcada?

Ou não é tanto? Ou já não é mais?

---

<sup>8</sup> Para um tratamento sistemático do tema, Cf. Elias, Norbert, “Scientific Establishments”. Elias, Norbert, Martins, Hermínio e Whitley, Richard (eds.), *Scientific Establishments and Hierarchies*, Dordrecht, D. Reidel Publishing Company, 1982, pp. 3-70.

<sup>9</sup> Cf. Whitley, R. p. 231.

Esse o tema de fundo do artigo de Ole Weaver.<sup>10</sup> Não caberia discuti-lo nesta comunicação. Para os propósitos do argumento formulado aqui basta reter dois pontos: 1) apoiando-se em Whitley -- que distingue sete tipos de campos científicos segundo sejam altos ou baixos os valores exibidos por eles nessas três variáveis: grau de incerteza técnica, grau de incerteza estratégica, grau de dependência funcional de suas atividades -- Weaver salienta o papel organizador desempenhado pelas narrativas sobre a história do campo em termos de uma sucessão de “grandes debates”, papel este que -- embora diste bastante do papel homogeneizador da economia matemática -- confere à disciplina das Relações Internacionais nos Estados Unidos um grau de integração bem superior àquele vigente nas “adhocracias fragmentadas” que povoam a grande área das Humanidades; 2) a supremacia da disciplina norte-americana de Relações Internacionais, que se expressa quantitativamente na assimetria entre o grau de abertura das publicações líderes nos Estados Unidos e na Europa a contribuições oriundas dos respectivos campos nacionais.

Há uma certa oscilação no uso que Weaver faz dos adjetivos para caracterizar a disciplina das Relações Internacionais. No final da década de 70, Hoffmann a tratou como uma “disciplina americana”. Vinte anos depois Weaver continuava considerando-a uma disciplina “*not so international*”. Mas em algumas passagens refere-se a mesma como uma disciplina global. Esse último qualificativo parece não se justificar. O contraste entre os percentuais de artigos de autores americanos publicados em revistas americanas de diferentes campos das ciências naturais (40-50%) e nas revistas de Relações Internacionais (em torno de 90%)<sup>11</sup> apóia este juízo. O mesmo efeito têm as observações de Weaver sobre os fatores que dificultam a exportação das idéias crescentemente dominantes na disciplina norte-americana (a “escolha racional”).<sup>12</sup> *Mutatis mutandis*, vale para as Relações Internacionais a conclusão de Bourdieu em exame sobre a mesma questão no âmbito da Sociologia. “... *no presente não existe nenhum campo da sociologia mundial...*” E vale igualmente o diagnóstico proposto: (por várias razões, mas) “*especialmente porque forças puramente sociais e políticas podem ainda ser eficazes no universo sociológico. Ainda existem neste universo formas de autoridade científica que são formas de autoridade política disfarçadas, eufemizadas.*”<sup>13</sup>

Bourdieu fala como herdeiro de uma tradição sociológica imponente e como “*maître à penser*” por seus títulos próprios. Nessa dupla condição, o problema prático que se propõe é o do de como fazer avançar o processo de formação de um campo sociológico verdadeiramente mundial, o qual procura responder apelando para os ensinamentos do mestre florentino e sugerindo modos de disseminação das “virtudes cívicas científicas” em escala global. Para quem esteja empenhado em consolidar um campo ainda incipiente como o das Relações Internacionais, num país como o Brasil a questão é outra: trata-se de como fortalecê-lo, quantitativa e qualitativamente, cômico de que, por essa via, ele estará se qualificando para engajar-se positivamente em um processo de globalização da disciplina, caso algum dia ele venha a ter lugar.

---

<sup>10</sup> Weaver, Ole, “The Sociology of a Not So International Discipline: american and European Developments in International Relations”, *International Organization*, 52, 4, 1998, pp. 687-727.

<sup>11</sup> Cf. Weaver, op. cit., pp. 697-8.

<sup>12</sup> Id. Ibid., pp. 725-6.

<sup>13</sup> Bourdieu, Pierre, “Epilogue: On the Possibility of a Field of World Sociology”, in Bourdieu, Pierre e Coleman, James S. (eds.), *Social Theory for a Changing Society*, Boulder, San Francisco –London, West View Press e New York, Russel Sage Foundation, 1991, pp. 373-388, (p. 385)..

Não há receitas para se fazer isso, mas algumas orientações gerais podem ser desde já vislumbradas. Antes de qualquer coisa, enfrentar aquele problema envolve uma atitude: a disposição de, reconhecendo a existência das hierarquias, operar no contexto delas com o objetivo de em alguma medida alterá-las.

Há uma dimensão “objetiva” na tradução prática dessa vontade: recursos materiais e institucionais limitados, por exemplo, entre outros constrangimentos sobre os quais a capacidade de intervenção dos integrantes do campo é diminuta. Mas o mais importante está em outro lugar. Ele reside na disposição de suspender a validação de quaisquer contribuições, venham de onde vierem, enquanto não tenham passado pelo crivo da crítica interna.

Não se trata aqui de uma exigência arbitrária. Como se viu em outra parte, a autonomia dos campos científicos é relativa, e em medida importante o rumo e a configuração que tomam resultam de impulsos originados no contexto extra-científico no qual se inscrevem. Essa afirmativa -- que vale para qualquer ciência, basta pensar no impacto dos programas de combate ao câncer no campo da pesquisa médica; no efeito dos investimentos na pesquisa nuclear por razões de segurança, que deram à Física no século XX uma proeminência mais acentuada do que era a dela em passado próximo; ou o efeito sobre a hierarquia dos “estabelecimentos científicos” dos programas presentes na área de biologia molecular -- essa afirmativa, repita-se, tem alcance muito maior na área das Relações Internacionais, cujos supostos normativos, temas, termos descritivos e esquemas interpretativos tendem a ser fortemente afetados pela dinâmica dos campos da economia e da política externa.

Uma das vantagens de pensar as Relações Internacionais como um campo, não como “disciplina” está aí: a noção de campo chama a atenção para a importância de conexões que de outro modo ficariam na penumbra. No caso da Economia esses vínculos são patentes. A posição dominante de profissionais formados nos Estados Unidos em instituições internacionais que condicionam poderosamente as políticas econômicas de tantos países do mundo e -- sob certos aspectos, mais importante ainda -- geram os dados e as análises primárias que conformam a agenda do debate sobre a economia internacional e constituem matéria prima obrigada para análises mais abstratas, ainda as mais críticas, sobre o assunto é bastante conhecida. No caso das Relações internacionais o fenômeno pode ser também percebido, mas em escala muito menor. Como o grau de integração internacional no campo da política é muito menor do que no da economia, as relações entre o campo das Relações Internacionais e o campo do poder se dão predominantemente no quadro das estruturas estatais dos diferentes países;

E, como sublinhado antes, esses vínculos não são “externos” -- indução, por exemplo, da atividade da atividade de pesquisa em direção a certos temas de maior interesse político e social. Um dos limites do artigo de Weaver está em não ter explorado -- sequer ter assinalado -- este aspecto. Ao concentrar seu foco em duas publicações de enorme importância acadêmica ele se impede de refletir sobre o significado possível (eventualmente importante até mesmo para a inteligência dos fenômenos que ocorrem no espaço circunscrito que observa) dos deslocamentos em curso em outros domínios -- como os pontos os foros onde os integrantes do campo se encontram e interagem com membros de outros segmentos da elite nacional (*think tanks* -- *Council of Foreign Affairs*;

*Brookings Institution; Hoover Institution, American Enterprise Institute, etc. ---, e revistas como a Foreign Affairs).*

Esse vínculo algo mais do que íntimo transparece até mesmo no conteúdo da produção certificada pela “disciplina”. Considere-se à guisa de ilustração o debate sobre a “Paz Democrática”. É surpreendente para o observador externo a seriedade com que tantos pesquisadores se aplicam na confrontação empírica de um argumento que é reduzido a pó a um rápido exame de sua lógica interna e das bases conceituais em que se apóia.<sup>14</sup>

A afirmação do princípio da independência de espírito e do rigor crítico é, pois, a orientação cardeal. Aplicada ao caso que nos ocupa ela se traduz facilmente em inúmeras indicações particulares. Não haveria como arrolá-las, mas pode ser conveniente mencionar algumas para que a discussão se torna um pouco mais terra a terra.

1) Deflacionar a importância atribuída ao jogo variável de oposições que estrutura a disciplina das Relações Internacionais no campo nacional hegemônico. “Neo-realismo” X “institucionalismo liberal”, “racionalismo” X “reflexivismo” são formas de classificação que cumprem a dupla função de descrever o campo e agir sobre ele, pelo efeito gerado nas disputas por recursos e reconhecimento que colorem as relações intra e inter-departamentais. Para quem não está -- ou está apenas marginalmente -- envolvido neles, é importante acompanhar a evolução desses embates. Mas é preciso, sobretudo, não perder de vista particularismo deles, com os aspectos bisonhos que frequentemente tendem a tomar.<sup>15</sup>

2) Reforçar aquilo no qual o campo das Relações Internacionais no Brasil é forte, explorar vantagens relativas (estudos sobre a região) e romper o princípio tácito perverso de divisão de trabalho, mediante a consolidação de programas de pesquisa sobre os Estados Unidos, além de países e regiões de importância estratégica. Isso já vem sendo feito, como sabemos. Caberia somente agregar que, embora as condições entre nós sejam pouco favoráveis ao trabalho sistemático sobre esses universos empíricos com fontes primárias, esses programas cumprem de imediato a função vital de criar competências indispensáveis para fins práticos e para o enriquecimento das análises feitas no país sobre todo tipo de objeto.

3) Tirar proveito da posição periférica para diversificar “fontes de suprimento teórico”. Repita-se aqui o que foi dito do intercâmbio entre o campo das Relações Internacionais e

---

<sup>14</sup> Cf. Martin Shaw, *Toward a Theory of the Global State*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, p. 266 (nota 24). , - Waltz, Kenneth N. “Structural Realism after the Cold War”, in G. John Ikenberry, (ed.) *American Unrivaled. The future of the Balance of Power*. Ithaca and London, Cornell University Press, 2002. Para entender as condições que dão sentido e circunspeção ao debate, Cf. Dezalay, Yves e Garth, Bryant, “Droits de L’Homme et Philanthropie Hégémonique”, *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, 121/122, 1998, pp. 23-42, Gilhot, Nicolas, *The Democracy Makes. Human Rights and International Order*. Columbia University Press, 2005.

<sup>15</sup> Por exemplo, a propensão que eles estimulam a tomar estudos sobre fenômenos/processos localizados como oportunidades para “testar” as teorias rivais, tarefa de antemão condenada ao fracasso porque as “teorias” não são teorias no sentido exato do termo, mas “tradições”, “perspectivas”, no melhor dos casos, “programas de trabalho. E não se diga ser este um vezo exclusivo de aprendizes. Ele aparece como traço predominante mesmo em trabalhos de pesquisadores internacionais de reputação solidamente firmada.. Consulte-se, por exemplo, o livro, sob outros aspectos bem interessante, de Joseph M. Grieco, sobre as negociações em torno das barreiras não tarifárias na Rodada Tóquio do GATT, *Cooperation Among Nations. Europe, América, And No-Tariff Barriers To Trade*, Ithaca and London, Cornell University Press, 1990.

outros campos científicos. A agregar, apenas a sugestão de ênfase em proficiência lingüística, o alemão sendo um candidato forte.

4) Explorar de forma sistemática o significado teórico dos fenômenos estudados, na certeza de que alguns deles podem dar origem a formulações de alcance geral. Dois exemplos de ensaios ricos nessa linha: 1) o argumento teórico com o qual Carlos Escudé fundamentou a sua proposta, mais do que controversa do “realismo subalterno”<sup>16</sup>; 2) a observação segundo a qual nas zonas periféricas do sistema internacional os agentes tendem a se ver sob o fogo cruzado de exigências dificilmente conciliáveis: a de implantar, em curto espaço de tempo, modelos de organização sócio-econômica e política (que resultam, em seus locais de origem, de processos de evolução lentos, tortuosos, e em muitos momentos brutais), e de observarem, ao fazer isso, normas de comportamento compatíveis com os padrões consagrados em escala global, cujo suposto é exatamente a vigência daqueles modelos que se trata de implantar<sup>17</sup>; 3) a hipótese de que a violência desatada nesses conflitos derive em boa medida da tentativa desesperada de reproduzir mimeticamente o modelo de organização expresso no Estado nacional em áreas que, por razões históricas e culturais, lhe são inóspitas<sup>18</sup>.

Esse último ponto remete diretamente ao comentário com o qual esta comunicação estará encerrada. Na visão corrente, a idéia de pensar a relação entre um domínio científico e a sua localização espacial não faz o menor sentido. As teorias científicas, acredita-se, são corpos articulados de proposições nomológicas, derivadas de um conjunto de axiomas e postulados. As teorias descrevem e explicam fenômenos que tem existência na realidade externa a nossa consciência. Seu atributo principal é a objetividade. Os seus resultados podem ser reproduzidos, testados, comprovados (ou refutados) por todos e por qualquer um -- desde que esse um, naturalmente, disponha da competência intelectual para levar a cabo semelhante tarefa. A teoria científica nada nos diz sobre o bom ou o mal, o desejável ou indesejável. Embora seja dinâmica -- o conhecimento é cumulativo -- em seu campo de validade, a teoria científica assim entendida é acrônica e atópica.

Desnecessário é dizer que as Relações Internacionais e o conjunto das Ciências Humanas estão muito longe desse ideal. Não teria cabimento discutir aqui se essa representação idealizada da teoria científica é razoável. Basta contrastá-la com a noção mais realista que Amartya Sen nos oferece ao caracterizar o que denominou de objetividade posicionada.<sup>19</sup> Uma observação pode ser objetiva com referência a perspectivas posicionais identificáveis. A posicionalidade pode se manifestar, tanto no resultado da observação de eventos -- vistos de uma posição particular -- quanto b) na avaliação geral de um evento, que se faz de uma perspectiva dada. Ilustração: reconhecimento de objetos físicos à distância, como o sol e lua, cujos tamanhos parecem modestos. Não se trata de ilusão subjetiva. A observação é posicionalmente objetiva porque qualquer observador equipado com os mesmos recursos sensoriais teria

---

<sup>16</sup> Cf. Escudé, Carlos, “Hacia una nueva concepción de las unidades de sistem estructural de Waltz: el caso de la política exterior argentina”, *Agora*, Cuadernos de Estudios Políticos, No. 3, 1995, pp. 33-59.

<sup>17</sup> Cf. Ayoob, Mohammed, *The Third World Security Predicament. Sate Making, Regional Conflict, and the International System*. Boulder/London, Lynne Rienner Publishers, 1995.

<sup>18</sup> Esse argumento, que aparece no artigo de Hostil previamente citado, constitui o núcleo da interpretação desenvolvida no livro pungente de Goerge Corm, *L'Europe et l'Orient. De la balkanisation à la libanisation: histoire d'une modernité inaccomplie*. Paris, Éditions la Découverte, 1999.

<sup>19</sup> Cf. Sen, Amartya, “Positional Objectivity”, in *Philosophy & Public Affairs*, Vol. 22, No. 2, 1993, 126-145. e id., “On Interpreting India’s Past”, in Bose, Sugata e Jala, Ayesha (eds.), *Nationalism, Democracy & Development*, New Delhi, Oxford University Press, 1999, pp. 10-35.

percepção idêntica. A teoria que nos diz que o tamanho daqueles corpos é outro, explica também porque eles parecem menores quando vistos da posição que é a nossa.

Depois de um longo período em que a política internacional foi como que simplificada pela lógica redutora do conflito entre blocos, com o fim da guerra fria o sistema mundial ingressou em um terreno carente de mapas. Os devaneios de um mundo livre afinal da ameaça da guerra cedo se esfumaram. Por terra caiu igualmente a idéia de que o mundo se dividia em uma 'zona de paz e prosperidade' (os países capitalistas ricos e democráticos) e uma "zona de conflitos" (a periferia pobre e instável). Com as crises financeiras do final do século passado, a projeção crescente dos movimentos anti-globalização e, de forma incomparavelmente mais contundente, os ataques conjugados de 11 de Setembro, essa visão -- no final das contas reconfortante -- também ficou para trás. Seu lugar foi tomado pelo cenário inquietante de um mundo onde os princípios basilares do direito internacional não vigoram mais. Na origem desses deslocamentos práticos e conceituais, a política da hiperpotência atingida, que reage em ofensiva, vestida com roupagem cada vez mais ostensivamente imperial.

Por outro lado, assiste-se à emergência de novos centros de acumulação de poder econômico e político na Ásia, à expressão de novas pautas de conflito na Europa e -- na área de influência direta da potência hegemônica, onde os problemas de baixo crescimento econômico, pobreza e desigualdades se agravam -- nesta área que acontece de ser a nossa -- os questionamentos do papel de liderança daquele Estado se tornam cada vez mais acentuados.

O Brasil comporta em si muitos traços dessa situação profundamente contraditória. Na medida em que o campo das Relações Internacionais no Brasil possa se valer dessa posição singular para formular programas originais e corajosos de investigação ele estará se credenciando para participar do colóquio da disciplina no plano global e, além disso, talvez, possa dar sua modesta contribuição para que os desafios maiores de nossa época venham a ser respondidos de forma menos desastrada.